



ANTEPROJETO DE LEI Nº /2020

***INSTITUI E ESTABELECE MECANISMO DE DENÚNCIA SOBRE
O DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) E
RESPECTIVAS SANÇÕES NO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

Art. 1º. Instituí e estabelece mecanismo de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos sólidos (lixo) e respectivas sanções no município de Sete Lagoas.

Art. 2º. O transporte de resíduos sólidos (lixo) deverá ser realizado por veículo apropriado, devidamente identificado com a capacidade máxima e sua finalidade.

§ 1º. O transporte de resíduos sem autorização prévia, derramado, lançando ou arrastando sobre a via o seu conteúdo, ou em veículo sem a devida identificação, ou denunciado, ficará sujeito à multa.

§ 2º. Ficarão sujeitos a multa, também o transeunte, que fizer o descarte de resíduos sólidos (lixo) irregular, em lotes, ou em lugares inapropriados.

Art. 3º. O transporte de resíduos em desconformidade com as normas aplicáveis à espécie, ou o seu descarte fora dos locais apropriados, caracteriza infração grave para os efeitos do caput.

Art. 4º. O valor da multa aplicável à infração prevista nos arts. 1º e 2º desta Lei, será de R\$ 80,00 (oitenta reais), na primeira infração.

§ 1º. A reincidência da infração acarretará o acréscimo de 100% (cem por cento) até o total de R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 2º. A multa será cobrada no IPTU dos infratores.

Art. 5º. Os valores das penalidades previstas nesta Lei serão reajustados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo que, no caso de extinção deste índice,





Câmara Municipal de Sete Lagoas - MG

Gislene Inocência
Vereadora

VALORIZANDO A VIDA

será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 6º. Estabelece o direito ao munícipe o direito de apresentar denúncias sobre o descarte irregular de resíduos (lixo) no âmbito do Município de Sete Lagoas, conforme regulamentação.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua publicação, bem como estabelecerá mecanismo para direcionamento e apuração das denúncias apresentadas pelos munícipes.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2020.

GISLENE INOCÊNCIA
VEREADORA – PSD

ALBERTINHO JOSÉ
VEREADOR - PSD





Câmara Municipal de Sete Lagoas - MG

Gislene Inocência
Vereadora

VALORIZANDO A VIDA

JUSTIFICATIVA

O descarte irregular de resíduo sólido (lixo) se dá diariamente, com o despejo criminoso de lixos, principalmente os remanescentes de construção civil e os de utensílios e bens de consumo cujo descarte é custoso, que são lançados em lixões clandestinos ou pelos mais diferentes cantos da cidade. A lei que se pretende implantar é regulamentada para tornar efetivas as sanções que são aplicadas atualmente em fiscalizações de grande porte. No entanto, um dano gigantesco é causado de forma fracionada, contumaz e corriqueira, no dia a dia da cidade, com o despejo irregular de todo tipo de resíduo em logradouros públicos ou terrenos particulares baldios. Não há sanções claras em face do munícipe que pratica essas pequenas infrações. A presente Lei pretende principalmente à caracterização das infrações praticadas por aqueles que não integram o Sistema de Limpeza Urbana. Com efeito, muitas vezes o agente das infrações é o próprio munícipe usuário, que pretende esquivar-se do pagamento de retirada de resíduos, tais como entulhos e materiais de construções, ou até mesmo utensílios domésticos como geladeiras e fogões imprestáveis. A introdução de caracterização de infrações, e sua extensão para os não integrantes do sistema, são um passo importante para a aplicação de sanções hoje previstas somente para os operadores remunerados. Com isso, pretende-se atribuir maior segurança a autuações e aplicação de sanções, com o devido alcance necessário. Tendo em vista tratar-se de matéria de grande interesse social e de grande utilidade pública, de vital importância para a nossa cidade, espero contar com o voto favorável de meus Pares.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2020.

GISLENE INOCÊNCIA
VEREADORA – PSD

ALBERTINHO JOSÉ
VEREADOR - PSD

Rua Domingos L'Ouverture, nº 355 – 2º Andar – Sala 201 – São Geraldo – 35700-177 – Sete Lagoas-MG



(31) 3779 – 6315



/vereadoragislene



gislene@camarasete.mg.gov.br